



GEDES
Grupo de Estudos de Defesa
e Segurança Internacional

OBSERVATÓRIO SUL-AMERICANO DE DEFESA E FORÇAS ARMADAS

INFORME BRASIL Nº 18/2018
Período: 02/06/2018 – 08/06/2018

GEDES – UNESP

- 1- Decreto de Garantia da Lei e da Ordem não foi prorrogado
- 2- Livro relembrou a atuação do STF durante o regime militar
- 3- Documentos britânicos sobre o regime militar brasileiro foram divulgados
- 4- Recorrentes intervenções militares incomodam membros das Forças Armadas
- 5- Professor comentou manifestações favoráveis ao regime militar
- 6- General da reserva pretende se candidatar ao governo do estado do Ceará
- 7- Periódicos comentaram aumento de manifestações favoráveis ao regime militar
- 8- Pré-candidato ao governo do estado do Rio defendeu a permanência dos militares durante próximo governo
- 9- Plano estratégico da intervenção federal no Rio de Janeiro foi assinado
- 10- Comandante do Exército se reuniu com presidentiável
- 11- General ingressou em equipe do programa de segurança pública de Alckmin

1- Decreto de Garantia da Lei e da Ordem não foi prorrogado

De acordo com o periódico *Correio Braziliense*, em reunião no Palácio do Planalto, no dia 03/06/18, o governo federal decidiu pela não renovação do decreto de estado de Garantia da Lei e da Ordem (GLO) em todo o país. O decreto foi promulgado no dia 25/05/18, durante a paralisação dos caminhoneiros, para que militares das Forças Armadas pudessem fazer a desobstrução das rodovias em todo o Brasil. Conforme o jornal, foram mobilizados 100 mil homens do Exército e “não foi descartado o uso da força para dispersar manifestantes. Isso ocorreu em algumas cidades de Goiás e da região Norte, sem deixar feridos”. O decreto autorizou que militares dirigissem os caminhões para retirá-los de acostamentos ou faixas de rolamento das rodovias caso o proprietário se recusasse a deixar o local. De acordo com interlocutores do governo federal, a desmobilização dos caminhoneiros possibilitou a não prorrogação do decreto. (*Correio Braziliense – Economia – 02/06/18; Correio Braziliense – Política – 04/06/18*)

2- Livro relembrou a atuação do STF durante o regime militar

De acordo com o periódico *Correio Braziliense*, o livro “Tanques e togas” do escritor Felipe Recondo, relembrou a atuação do Supremo Tribunal Federal (STF) durante o regime militar (1964-1985). Conforme o escritor, as relações entre o regime e o STF na época foram marcadas por atritos: De acordo com o periódico, o livro destacou que o presidente do STF na época, Ribeiro Costa,

apoiou o regime militar enquanto o tribunal adotou uma posição neutra. O STF, segundo Recondo, não era visto como uma instituição capaz de auxiliar a luta contra o regime de exceção para os que realizavam oposição ao regime. Segundo o autor, a Constituição da época não previa equilíbrio entre os poderes Executivo e Legislativo, o que enfraquecia o órgão. Conforme Recondo, os atritos com o STF refletiam o projeto inviável dos militares de conciliar o regime militar com o estado de direito. O livro ressaltou ainda que eram raros os casos que chegavam ao STF na época, todos eles com pressão do regime. “Em todo o Judiciário, porém, os torturadores figuraram como agentes intocáveis”, afirmou o autor. A atuação do STF no período, segundo Recondo, pode indicar que o órgão “agiu timidamente” como também pode “indicar um senso de realismo político”. (Correio Braziliense – Diversão e Arte – 02/06/18)

3- Documentos britânicos sobre o regime militar brasileiro foram divulgados

De acordo com o periódico *Folha de S. Paulo*, documentos britânicos descobertos pelo professor da Universidade de São Carlos (UFSCar) José Roberto Martins Filho revelaram que o regime militar brasileiro (1964-1985) atuou para ocultar investigação sobre corrupção envolvendo a compra de navios de escolta construídos pelo Reino Unido no ano de 1970. O caso envolveu um acordo firmado entre Brasil e Reino Unido para a compra de seis navios de escolta, dos quais dois seriam construídos no Arsenal da Marinha do Rio de Janeiro (AMRJ) e o restante nos estaleiros da empresa Vosper, na Inglaterra. Segundo os documentos, o Reino Unido se dispôs a realizar uma investigação referente à denúncia de superfaturamento na compra de equipamentos para a construção dos navios e ofereceu pagar uma indenização de 500 mil libras ao Brasil. O governo brasileiro na época recusou a indenização e os pedidos de auxílio britânico nas investigações, pois, segundo os documentos, pretendia ocultar o assunto rapidamente. O registro do caso está contido em uma pasta de documentos diplomáticos denominada “*Alleged fraud and corruption by Vosper Thornycroft (UK) with government of Brazil*”. Conforme os documentos, os fatos ocorreram durante os governos dos presidentes militares Emílio Garrastazu Médici e Ernesto Geisel. (Folha de S. Paulo – Poder – 02/06/18)

4- Recorrentes intervenções militares incomodam membros das Forças Armadas

De acordo com o periódico *Correio Braziliense*, após a intervenção na segurança pública do estado do Rio de Janeiro e a operação São Cristóvão, durante a paralisação dos caminhoneiros, militares se mostraram “ressentidos” com o governo do presidente da república, Michel Temer. De acordo com o jornal, “oficiais se dizem usados pelos políticos durante as crises e descartados no momento em que a tensão diminui”. Conforme o periódico, o “mal-estar” iniciou-se com a intervenção no estado do Rio, uma vez que oficiais foram informados da ação minutos antes do anúncio para a imprensa, e piorou com a operação São Cristóvão. Na avaliação do oficialato, Temer e seus aliados político, entre eles o ministro do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), Sérgio Etchegoyen, reivindicaram o protagonismo da ação, e não reconheceram a participação das Forças Armadas na missão. Segundo o jornal, o ministro interino da Defesa, general Silva e Luna, enviou no dia 02/06/18 uma carta às tropas da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, homenageando a atuação dos militares durante a paralisação dos caminhoneiros. De acordo com o periódico, o

comandante do Exército, general Eduardo Villas Bôas, usou redes sociais para tentar ganhar a empatia da população durante a paralisação e evitar que a imagem da corporação fosse prejudicada. Na avaliação da corporação, apesar do apoio popular ao movimento dos caminhoneiros, a intervenção das Forças Armadas não prejudicou sua imagem perante a população. (Correio Braziliense – Política – 04/06/18)

5- Professor comentou manifestações favoráveis ao regime militar

Em coluna opinativa ao *Correio Braziliense*, o professor da Universidade de Brasília (UnB) Roberto Bocaccio Piscitelli comentou um vídeo que circula na *internet*, no qual um interlocutor se manifesta a favor de “uma intervenção militar avulsa”, e é interrompido por outro interlocutor que afirma que “só temos o combo: intervenção militar + ditadura + censura + estado de exceção + fim das liberdades individuais + fim da democracia + tortura”. Conforme Piscitelli, apesar da difusão da crença no retorno a um regime autoritário para “colocar o país nos eixos”, o regime militar brasileiro (1964-1985) produziu “sequelas” permanentes no país. Segundo Piscitelli, é “lamentável” que o passado autoritário brasileiro tenha sido “jogado para debaixo do tapete”, diferentemente de o ocorrido em outros países latino-americanos, e que os documentos que comprovam crimes cometidos durante o regime sejam liberados por autoridades norte-americanas “Pedir a volta dos militares ao poder é desrespeitar os que morreram, foram torturados e sofreram sequelas físicas e mentais irreparáveis, e seus familiares e entes queridos”, afirmou Piscitelli. De acordo com o professor, a busca por soluções autoritárias é decorrente da falta de protagonismo e pela busca de um “salvador da pátria”. Em entrevista para a *Folha de S. Paulo*, o sociólogo Reginaldo Prandi afirmou que a falta de formação é o “maior problema do país” e faz com que a população não tenha ideia do que foi o regime militar no Brasil. (Correio Braziliense – Opinião – 04/06/18; Folha de S. Paulo – Poder – 04/06/18)

6- General da reserva pretende se candidatar ao governo do estado do Ceará

De acordo com o periódico *O Estado de S. Paulo*, o general Guilherme Cals Theophilo de Oliveira pode se candidatar ao governo do estado do Ceará. O general passou para a reserva no dia 31/03/18, após 45 anos no Exército, sendo seu último posto o Comando de Logística. Ao longo da carreira participou de missões internacionais, foi comandante militar da Amazônia e do Comando Logístico do Exército. Conforme o jornal, o prefeito da cidade de Manaus, no estado do Amazonas, Arthur Virgílio, foi o primeiro a oferecer uma candidatura política, na Câmara dos Deputados Federais, ao militar entre 2014 e 2016. Segundo o periódico, em suas entrevistas, Oliveira afirmou que é “totalmente contra a intervenção militar na área de segurança em curso no Rio de Janeiro”. De acordo com o general, a ação “foi uma decisão política, para impedir que se votasse a reforma da Previdência”. Oliveira é favorável ao governo militar do general Ernesto Geisel, o qual chama de “contrarrevolução democrática de 64”, mas declara que “o erro do Exército foi permanecer no poder”. (O Estado de S. Paulo – Política – 04/06/18)

7- Periódicos comentaram aumento de manifestações favoráveis ao regime militar

De acordo com o periódico *Correio Braziliense*, o pensamento conservador tem se fortalecido no Brasil e “ganhou eco” em manifestações de apoio à intervenção militar. Segundo o *Correio*, a paralisação dos caminhoneiros fortaleceu o movimento de brasileiros que apoiam o regime militar (1964-1985). Conforme o periódico, questões como educação, saúde, segurança pública e o combate à corrupção ganharam o centro das atenções no discurso conservador. De acordo com o periódico servidores públicos e trabalhadores ligados às categorias policiais e militares ganharam relevância na pauta eleitoral, sobretudo por candidatos “personalistas”. Para o sociólogo, cientista político e professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) Paulo Baía, os pedidos por intervenção militar são observados como uma “onda de ideologias mais restritas que o movimento conservador”. Baía afirmou que os anseios de intervencionistas podem conceder votos para candidatos conservadores, como o deputado federal Jair Bolsonaro, pré-candidato à presidência da República pelo Partido Social Liberal (PSL). Segundo *O Estado de S. Paulo*, durante a greve dos caminhoneiros, o nome de Bolsonaro esteve vinculado com mensagens de apoio à volta dos militares ao poder em mensagens veiculadas através de grupos do aplicativo *WhatsApp*. Segundo *O Estado*, em evento público no dia 31/05/18, o pré-candidato salientou que nunca defendeu essa proposta. Entretanto, segundo o jornal *Folha de S. Paulo*, Bolsonaro, em entrevista ao programa “Câmera Aberta”, em 1999, afirmou que se fosse presidente da República fecharia o Congresso e “daria golpe no mesmo dia”, iniciando uma ditadura. Na ocasião, de acordo com a *Folha*, o deputado federal sugeriu que a solução para os problemas brasileiros deveria seguir a via da violência: “só vai mudar, infelizmente, no dia em que partir para uma guerra civil aqui dentro, e fazendo o trabalho que o regime militar não fez. Matando uns 30 mil, começando pelo FHC [Fernando Henrique Cardoso, então presidente da República], não deixar ele pra [sic] fora não, matando! Se vai morrer alguns inocentes, tudo bem, tudo quanto é guerra morre inocente”. De acordo com o periódico, Bolsonaro reiterou em outras entrevistas o posicionamento favorável ao regime militar. (*Correio Braziliense* – Política – 05/06/18; *Folha de S. Paulo* – Poder – 03/06/18; *O Estado de S. Paulo* – Política – 05/06/18)

8- Pré-candidato ao governo do estado do Rio defendeu a permanência dos militares durante próximo governo

De acordo com o jornal *Folha de S. Paulo*, o antropólogo Rubem César Fernandes, pré-candidato ao governo do estado do Rio de Janeiro pelo Partido Popular Socialista (PPS), afirmou no dia 06/06/18, durante sabatina realizada pela *Folha de S. Paulo*, UOL e SBT, que as Forças Armadas devem continuar agindo durante o mandato do próximo governador do estado. Fernandes disse durante a sabatina que “as Forças Armadas são o atacado, coordenação de inteligência, logística e apoio às ações. Eles pensam macro. A polícia pensa a rua”, e que a permanência dos militares no estado do Rio no próximo governo não precisa ser através da atual intervenção federal. A *Folha* informou que o antropólogo defendeu a nomeação de um general para a Secretária de Segurança do estado. (*Folha de S. Paulo* – Poder – 07/06/18)

9- Plano estratégico da intervenção federal no Rio de Janeiro foi assinado

Segundo o periódico *O Estado de S. Paulo*, no dia 29/05/18, o responsável pela intervenção no estado do Rio de Janeiro, general Walter Souza Braga Netto,

assinou a portaria com o plano estratégico para missão. O *Estado* informou que o plano contém 66 metas, e que elas abrangem cinco eixos: redução dos indicadores de criminalidades, restabelecimento da capacidade operacional dos órgãos de segurança pública, comunicação entre os entes federativos, fortalecimento da condição institucional da segurança e do sistema prisional e aumento da qualidade da administração prisional. Segundo o gabinete de intervenção, o orçamento necessário para a concretização dessas metas é de aproximadamente 1 bilhão de reais. O *Estado* informou que o valor já tinha sido anunciado, e que o governo federal havia se comprometido com o orçamento. O jornal comunicou que a implementação de alguns objetivos já foi iniciada, como a doação de equipamentos para as polícias do estado do Rio, e o treinamento dos policiais, além do anúncio da contratação de mil policiais militares. De acordo com o periódico, entre as propostas apresentadas não há uma estratégia clara para a redução dos níveis de criminalidade. De acordo com O *Estado*, na meta denominada “fortalecer as estruturas de formação e capacitação de recursos humanos das instituições”, o gabinete de intervenção sugere o Serviço de Interesse Militar Voluntário (SIMV), através do qual oficiais da reserva das Forças Armadas poderiam atuar por até 12 meses na Polícia Militar (PM) ou no Corpo de Bombeiros. O secretário do gabinete de intervenção, general Mauro Sinott, disse ao O *Estado*, que a proposta é uma forma positiva de aumentar o efetivo da corporação, e que não apresenta peso previdenciário, por causa de seu cunho temporário. Para a professora do Departamento de Segurança Pública da Universidade Federal Fluminense (UFF), Jacqueline Muniz, o SIMV é uma alternativa perigosa. Muniz disse que “a violência e as violações podem ser maximizadas porque os reservistas não têm como exercer plenamente o poder de polícia”. De acordo com o jornal, mesmo com a crítica, a professora elogiou a elaboração do plano. Já para o colunista e jornalista do O *Estado*, Roberto Godoy, o recrutamento por voluntariado pode “arejar o ambiente tóxico dos quadros operacionais da PM do Rio”, além de ser “um atalho para a renovação”. Godoy também disse que “além do ganho qualitativo, técnico e moral” a proposta “pode produzir efeito social importante, abrindo possibilidades de trabalho para quem deixa as Forças [Armadas] após cumprir o serviço militar e encara a realidade do desemprego”. (O Estado de S. Paulo – Metrópole – 07/06/18)

10- Comandante do Exército se reuniu com presidencialável

Segundo o periódico *Correio Braziliense*, o comandante do Exército, general Eduardo Villas Bôas, se encontrou, no dia 05/06/18, com o presidencialável do Partido Social Liberal (PSL), Jair Bolsonaro. De acordo com o *Correio*, o encontro foi um pedido do deputado federal Onyx Lorenzoni, do partido Democratas (DEM). O jornal informou que Bolsonaro também conversou com outros integrantes do alto comando. No dia 05/06/18, o Ministério da Defesa liberou uma nota afirmando que o comando do Exército pretende se reunir com todos os pré-candidatos à presidência bem colocados nas pesquisas para apresentar seus programas, suas ideias e suas intenções aos oficiais da Força. (*Correio Braziliense* – Política – 07/06/18; O Estado de S. Paulo – Política – 05/06/18)

11- General ingressou em equipe do programa de segurança pública de Alckmin

Segundo o periódico *Folha de S. Paulo*, o presidenciável do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), Geraldo Alckmin, anunciou, no dia 06/06/18, a participação do general João Camilo Pires de Campos na equipe de seu programa para a segurança pública. O general atuou na ocupação do Complexo do Alemão na cidade do Rio de Janeiro no ano de 2010. Conforme o jornal, a integração do general na equipe de segurança pública de Alckmin foi decidida após Campos criticar o presidenciável e deputado federal pelo Partido Social Liberal (PSL), Jair Bolsonaro, afirmando que a vitória de Bolsonaro é “uma ameaça à democracia”. Ainda no dia 06/06/18, Alckmin visitou o interventor federal no estado do Rio de Janeiro, general Walter Souza Braga Netto. O presidenciável do PSDB elogiou as ações da intervenção, mas ponderou que só ela não resolve todas as questões. De acordo com a *Folha*, entre as propostas de Alckmin estão a facilitação ao porte de armas nas zonas rurais, a criação de uma Guarda Nacional para jovens que saem do serviço militar obrigatório, o emprego de militares da reserva na polícia e a criação de uma agência de inteligência que uniria informações das Forças Armadas, da Agência Brasileira de Inteligência (Abin), das polícias Federal e Rodoviária Federal e das forças de segurança dos estados. (Folha de S. Paulo – Poder – 07/06/18)

SITES DE REFERÊNCIA

Correio Braziliense – www.correioweb.com.br

Folha de S. Paulo – www.folhaonline.com.br

O Estado de S. Paulo – www.estadao.com.br

*Informamos que as colunas opinativas da Folha de S. Paulo e o conteúdo na íntegra do Correio Braziliense e O Estado de S. Paulo não são disponíveis gratuitamente na versão online. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a gedes@franca.unesp.br

Equipe:

Bruce Scheidl Campos (Supervisor, mestre em Relações Internacionais); Bruna Carolina da Silva Souto (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); David Succi Júnior (Supervisor, doutorando em Relações Internacionais, bolsista CNPq); Gabriela Fideles Silva (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Giulia Botossi Gomes (Supervisora, graduada em Relações Internacionais); Gustavo Henrique Gonçalves Ferreira (Redator, graduando em Relações Internacionais); Heed Mariano Silva Pereira (Supervisora, graduada em Relações Internacionais); Juliana de Paula Bigatão (Supervisora, doutora em Relações Internacionais); Laura Meneghim Donadelli (Supervisora, doutoranda em Relações Internacionais, bolsista CAPES); Leonardo Dias de Paula (Supervisor, mestrando em Relações Internacionais, bolsista CAPES); Leonardo Molina Ferreto (Redator, graduando em Relações Internacionais); Natália Rodrigues Germano (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Solano Pereira d'Oliveira (Redator, graduando em Relações Internacionais).